

5 — As eventuais despesas de deslocação e ou estadia dos elementos do GTC são assumidas pelas respectivas entidades representadas.

6 — O presente despacho entra em vigor no dia 1 de Janeiro de 2008.

9 de Novembro de 2007. — O Director-Geral, *Francisco-George*.

Hospital do Visconde de Salreu

Aviso n.º 24324/2007

Abertura de concurso interno geral para categoria de assistente administrativo principal, da carreira de assistente administrativo, do grupo de pessoal administrativo do quadro de pessoal do Hospital do Visconde de Salreu.

1 — Nos termos do n.º 1 do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 204/98 de 11 de Julho faz-se público que, por despacho n.º 8 de 19 de Setembro do Presidente do Concelho de Administração do Hospital do Visconde de Salreu, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data de publicação deste aviso no *Diário da República*, o concurso em epígrafe para provimento de duas vagas na carreira administrativa do quadro de pessoal do Hospital do Visconde de Salreu, aprovado pela Portaria n.º 825/94, de 17 de Setembro.

1.1 — Nos termos do disposto no artigo 34.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, e dando cumprimento à circular informativa n.º 26, de 15 de Agosto de 2007, de Secretaria-Geral do Ministério da Saúde, foi criada a oferta com o código OE200711/0084, tendo em vista a selecção de pessoal em situação de mobilidade especial para reinício de funções. Não foi recebida nenhuma candidatura de funcionários ou agentes nesta situação.

2 — Prazo de validade — o concurso é válido para as vagas anunciadas, caducando com o seu preenchimento.

3 — Conteúdo funcional — competem ao assistente administrativo principal as funções referidas no mapa 1 anexo ao Decreto-Lei n.º 248/85, de 15 de Julho para a carreira de oficial administrativo.

4 — Legislação aplicável — o presente concurso rege-se pelas disposições constantes dos Decretos-Leis n.ºs 204/98, de 11 de Julho, e 404-A/98, de 18 de Dezembro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, e pelo Código do Procedimento Administrativo.

5 — Serviço e local de trabalho — Hospital do Visconde de Salreu, sito na Avenida da Agra, 3865 — 206 Salreu — Estarreja

6 — Vencimento — de acordo com a tabela anexa ao Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro.

7 — Requisitos de admissão ao concurso — podem ser opositores ao concurso todos os funcionários com a categoria de assistente administrativo principal e que satisfaçam o disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98 de 18 de Dezembro.

8 — As regalias sociais e condições de trabalho são as genericamente vigentes para os funcionários e agentes da Administração Pública.

9 — Método de selecção — será utilizado como método de selecção a avaliação curricular, complementada com entrevista de selecção, conforme o previsto no n.º 1 e 2 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, sendo a classificação final obtida segundo a seguinte fórmula:

$$CF = \frac{(2 \times AC) + (3 \times ES)}{5}$$

9.1 — Os critérios de apreciação e ponderação da avaliação da avaliação curricular e da entrevista profissional de selecção, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam das actas de reuniões do júri do concurso, sendo as mesmas facultadas aos candidatos sempre que devidamente solicitadas.

10 — Classificação final — a ordenação final dos concorrentes será expressa na escala de 0 a 20 valores, sendo excluídos os candidatos que obtiveram classificação inferior a 9,5 valores.

11 — Formalização das candidaturas:

11.1 — As candidaturas serão formalizadas mediante requerimento dirigido ao Sr. Presidente do Conselho de administração do Hospital do Visconde de Salreu, entregue pessoalmente no Serviço de Pessoal, durante as horas normais de expediente ou remetido pelo correio, por carta registada, com aviso de recepção, expedida, até ao termo do prazo indicado, para: Apartado 46, 3864 — 756 Estarreja.

11.2 — Dos requerimentos deverão constar os seguintes elementos:

- Identificação completa (nome, filiação, naturalidade, data de nascimento, número e data do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu, situação militar, residência, código postal e telefone);
- Habilitações académicas;

c) Habilitações profissionais (cursos de formação, com a indicação do número de horas da respectiva duração;

d) Experiência profissional, com menção expressa da categoria, serviço a que pertence, natureza do vínculo e antiguidade na categoria, na carreira e na função pública;

e) Declaração, sob compromisso de honra, em como é detentor dos requisitos gerais de provimento em funções públicas.

f) Quaisquer outros elementos que o candidato entenda dever apresentar por serem relevantes para apreciação do seu mérito, os quais só serão considerados se devidamente comprovados.

11.3 — O requerimento deverá ser acompanhado da seguinte documentação:

a) Curriculum vitae devidamente datado e assinado, do qual constem, designadamente, as habilitações académicas, as funções que exerce e as exercidas anteriormente, com a indicação dos respectivos períodos de duração e as actividades relevantes, bem como a formação profissional detida

e a respectiva duração;

b) Fotocópia das habilitações académicas;

c) Fotocópia dos comprovativos da formação profissional;

d) Classificação de serviço dos últimos três anos;

e) Declaração passada e autenticada pelo serviço ou organismo de origem, da qual conste, de maneira inequívoca, a existência e a natureza do vínculo e a antiguidade na actual categoria, na carreira e na função pública.

f) Documentos comprovativos das declarações feitas nos termos da alínea f) do n.º 12 do presente aviso.

12 — Os candidatos devem referir o concurso a que se pretende candidatar, no respectivo requerimento;

13 — Os funcionários pertencentes ao quadro de pessoal do Hospital do Visconde de Salreu, são dispensados da apresentação dos documentos comprovativos dos requisitos que constem do respectivo processo individual, de harmonia com a faculdade conferida pelo artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, devendo, contudo, declarar expressamente tal facto, sob compromisso de honra, no próprio requerimento.

14 — O júri poderá exigir a apresentação de qualquer documentação comprovativa das declarações dos candidatos.

15 — A não apresentação dos documentos comprovativos dos requisitos de admissão exigidos neste aviso determinará a exclusão do concurso.

16 — Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente um política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

17 — O júri tem a seguinte constituição, cabendo ao 1.º vogal efectivo a substituição do respectivo presidente nas suas faltas e impedimentos:

Presidente — Maria Themudo Cunha Castro Albernaz Teixeira, chefe de repartição do Hospital Visconde de Salreu.

Vogais Efectivos:

1.º — Rosa Maria Vasconcelos Ferreira Rodrigues Pontes, assistente administrativa especialista do Hospital Visconde de Salreu.

2.º — Adélia Maria Almeida Pereira, assistente administrativa especialista do Hospital Visconde de Salreu

Vogais suplentes:

1.º — Luís Manuel Albernaz Teixeira, assistente administrativa especialista do Hospital Visconde de Salreu.

2.º — Maria Cândida Fonseca Santos Figueiredo, assistente administrativa especialista do Hospital Visconde de Salreu.

13 de Novembro de 2007. — O Presidente do Conselho de Administração, *Rui Mendes Crisóstomo*.

Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge, I. P.

Despacho (extracto) n.º 27855/2007

Por meu despacho de 2 de Novembro de 2007:

Maria Manuela Ferreira Lopes e Miguel Martins Flores Coelho, técnicos profissionais de 2.ª classe da carreira técnico profissional, do quadro de pessoal deste Instituto — nomeados definitivamente, precedendo

concurso, na categoria de técnico profissional de 1.ª classe da mesma carreira, de dotação global, do quadro de pessoal deste Instituto.

6 de Novembro de 2007. — O Vogal do Conselho Directivo, *Rui Portugal*.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Direcção Regional de Educação do Norte

Escola Secundária/3 de Alpendorada

Despacho n.º 27856/2007

Nomeação da docente do quadro de zona pedagógica do Tâmega (22) a exercer funções na Escola Secundária /3 de Alpendorada, do grupo 400, Fátima Maria Moreira Lima, em regime de comissão de serviço, para desempenhar as funções de professora titular para o ano lectivo de 2007-2008 de acordo com o artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 200/2007, de 22 de Maio, com efeitos a 1 de Setembro de 2007.

3 De Setembro 2007. — O Presidente do Conselho Executivo, *Rui José Barros da Costa Brandão*.

Despacho n.º 27857/2007

Nomeação da docente do quadro escola a exercer funções na Escola Secundária/3 de Alpendorada, do grupo 330, Isabel Maria Barbosa Ribeiro, em regime de comissão de serviço, para desempenhar as funções de professora titular para o ano lectivo de 2007-2008 de acordo com o artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 200/2007, de 22 de Maio, com efeitos a 1 de Setembro de 2007.

11 de Setembro de 2007. — O Presidente do Conselho Executivo, *Rui José Barros da Costa Brandão*.

Despacho n.º 27858/2007

Nomeação da docente do quadro de zona pedagógica do Tâmega (22) a exercer funções na Escola Secundária /3 de Alpendorada, do grupo 500, Célia Isabel dos Reis Teixeira Silva Moreira, em regime de comissão de serviço, para desempenhar as funções de professora titular para o ano lectivo de 2007-2008 de acordo com o artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 200/2007, de 22 de Maio, com efeitos a 1 de Setembro de 2007.

11 de Setembro de 2007. — O Presidente do Conselho Executivo, *Rui José Barros da Costa Brandão*.

Despacho n.º 27859/2007

Nomeação do docente do quadro de zona pedagógica do Tâmega (22) a exercer funções na Escola Secundária/3 de Alpendorada, do grupo 600, António Manuel Silva Carvalho Braga, em regime de comissão de serviço, para desempenhar as funções de professora titular para o ano lectivo de 2007-2008 de acordo com o artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 200/2007, de 22 de Maio, com efeitos a 1 de Setembro de 2007.

11 de Setembro de 2007. — O Presidente do Conselho Executivo, *Rui José Barros da Costa Brandão*.

Agrupamento Vertical de Escolas de Amarante

Rectificação n.º 2052/2007

Rectificação do Despacho n.º 25417/2007, D.R. 2.ª série n.º 214 de 7 de Novembro de 2007.

«onde se lê Despacho 3 de Setembro de 2007 do presidente do conselho executivo, deve ler-se despacho 3 de Setembro de 2007 da Presidente da Comissão Executiva Instaladora»

«onde se lê 19 de Setembro de 2007 o presidente do conselho executivo, António Manuel Campos de Magalhães Costa, deve ler-se 19 de Setembro de 2007 a Presidente da Comissão Executiva Instaladora, Dina Anjos Sanches».

14 de Novembro de 2007. — A Presidente da Comissão Executiva Instaladora, *Dina Anjos Sanches*.

Rectificação n.º 2053/2007

Rectificação do Despacho n.º 22842/2007, D.R. 2.ª série n.º 190 de 2 de Outubro de 2007.

«onde se lê Despacho 3 de Setembro de 2007 do presidente do conselho executivo, deve ler-se despacho 3 de Setembro de 2007 da Presidente da Comissão Executiva Instaladora»

«onde se lê 19 de Setembro de 2007 o presidente do conselho executivo, António Manuel Campos de Magalhães Costa, deve ler-se 19 de Setembro de 2007 a Presidente da Comissão Executiva Instaladora, Dina Anjos Sanches».

14 de Novembro de 2007. — A Presidente da Comissão Executiva Instaladora, *Dina Anjos Sanches*.

Rectificação n.º 2054/2007

Rectificação do Despacho n.º 22843/2007, D.R. 2.ª série n.º 190 de 2 de Outubro de 2007.

«onde se lê Despacho 3 de Setembro de 2007 do presidente do conselho executivo, deve ler-se despacho 3 de Setembro de 2007 da Presidente da Comissão Executiva Instaladora»

«onde se lê 19 de Setembro de 2007 o presidente do conselho executivo, António Manuel Campos de Magalhães Costa, deve ler-se 19 de Setembro de 2007 a Presidente da Comissão Executiva Instaladora, Dina Anjos Sanches».

14 de Novembro de 2007. — A Presidente da Comissão Executiva Instaladora, *Dina Anjos Sanches*.

Agrupamento Vertical de Escolas de Arcozelo

Aviso n.º 24325/2007

Nos termos do ponto III, n.º3, da Circular n.º 30/98/DEGRE, de 3 de Novembro, e de acordo com o n.º 1 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, faz-se público que se encontra afixada no placard de informação ao pessoal docente deste Agrupamento de Escolas a respectiva lista de antiguidade respeitante a 31 de Agosto de 2007.

Os docentes dispõem de 30 dias, a contar da data da publicação do presente aviso, para apresentação de reclamação ao presidente do Conselho Executivo.

12 de Novembro de 2007. — O Presidente do Conselho Executivo, *Manuel Fernandes de Amorim*.

Agrupamento Vertical de Escolas de Armamar

Despacho n.º 27860/2007

Por despacho da Presidente do Conselho Executivo de 9 de Março de 2007 e a pedido do interessado foi concedida a rescisão do contrato administrativo de provimento a partir de 12 de Março inclusive ao docente, Tiago Orlando de Jesus Rebelo.

26 de Outubro de 2007. — A Presidente do Conselho Executivo, *Ana Cristina Guimarães Mexia Leitão*.

Despacho n.º 27861/2007

Por despacho da Presidente do Conselho Executivo de 16 de Fevereiro de 2007 e a pedido do interessado foi concedida a rescisão do contrato administrativo de provimento a partir de 19 de Fevereiro inclusive ao assistente de administração escolar, Jorge Manuel Neto Saraiva.

26 de Outubro de 2007. — A Presidente do Conselho Executivo, *Ana Cristina Guimarães Mexia Leitão*.

Escola Secundária com 3.º CEB de Arouca

Aviso n.º 24326/2007

Nos termos do n.º1 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º100/99, de 31 de Março, faz-se público que se encontra afixada, para consulta, na Sala dos Professores, a lista de antiguidade do pessoal docente, com referência a 31 de Agosto de 2007.

Da referida lista cabe reclamação no prazo de 30 dias a contar da data de publicação deste aviso, a apresentar à Presidente do Conselho Executivo.

6 de Dezembro de 2007. — A Presidente do Conselho Executivo, *Adília Maria Rosa Fonseca Ferreira da Cruz*.